EDUCAR É CUIDAR: A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO AFETIVO ENTRE O BEBÊ OU A CRIANÇA E O ADULTO REFERÊNCIA

ELAINE LIMA DA SILVA

RESUMO

Este artigo se propõe a discutir a relação entre o cuidar e o educar na educação infantil, tendo como premissa a construção do vínculo afetivo entre o bebê ou a criança e o adulto referência (na figura do professor ou professora) e contribuir para a promoção de práticas educativas que considerem bebês e crianças como sujeitos de direito, ativos e produtores de cultura. Tendo como objetivo compreender a relação entre educando e educador, com base no vínculo afetivo e na ação docente como chave para promover práticas educativas dialógicas. A metodologia de estudo orienta-se a partir de pesquisa bibliográfica, em que se identificaram contribuições da Medicina, Psicologia, Sociologia, Pedagogia, Filosofia e História para a pesquisa em questão. Argumenta-se a ideia de bebê e criança como sujeito histórico e de direitos, considerando a participação ativa dos pequenos em seu processo educativo. Os resultados deste trabalho indicam conceitos teóricos sobre concepção de educação infantil no Brasil, a concepção do bebê como sujeito ativo e consequentemente sobre o trabalho docente com a primeira infância para compor uma pedagogia na qual bebês e crianças estejam presentes e sejam centrais. Conclui-se, portanto, a importância de considerar a concepção de infância, a etapa de desenvolvimento de bebês e crianças – tanto do ponto de vista das necessidades físicas como do desenvolvimento das funções psíquicas superiores –, a contribuição dos pequenos em seu processo educativo e a mediação do educador na promoção das condições adequadas para o desenvolvimento das potencialidades dos educandos na educação infantil.

Palavras-chave: Educar; Cuidar; Educação Infantil; Vínculo Afetivo; Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como proposta tratar da relação entre cuidar e educar na Educação Infantil tendo como premissa a construção do vínculo afetivo entre o bebê ou a criança pequena e o adulto de referência como caminho fundamental para a promoção de processos educativos comprometidos com o desenvolvimento pleno da primeira infância.

Para tanto serão abordados temas como a concepção de Educação Infantil no Brasil para entendermos o percurso filosófico que hoje orienta a educação de bebês e crianças; a concepção do bebê como um sujeito ativo, que é influenciado pelo mundo e também o influencia; a relação entre vínculo e cuidado na primeira fase do desenvolvimento infantil e sua importância na constituição sadia dos indivíduos; e por fim, a educação de bebês e crianças pequenas em instituições de ensino, considerando princípios éticos, políticos e estéticos.

Os assuntos abordados são caros à prática docente no cotidiano de instituições educativas com foco em bebês e crianças, resultados de buscas e leituras em bibliografia especializada e pretendem contribuir com as discussões acerca da prática pedagógica na Educação Infantil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Atualmente a Educação Infantil é destinada a receber crianças de zero a cinco anos, compreendida como parte da Educação Básica, que pode ser oferecida em período parcial ou integral, cabendo a professores habilitados a função de encaminhar as propostas de ensino à referida faixa etária.

As instituições de Educação Infantil têm como orientação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e a Base Nacional Curricular Comum (2018). Nos documentos reafirmam-se o reconhecimento da Educação como um direito para crianças na faixa etária em destaque e a concepção de educar e cuidar como elementos indissociáveis no processo educativo.

No Brasil, a garantia da educação para crianças pequenas é também resultado dos movimentos populares, das mulheres, dos trabalhadores e dos profissionais de educação. Sendo assim, é parte deste processo a discussão sobre a educação em espaços coletivos, como creches e pré-escolas, com o intuito de mediar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais definem o conceito de criança como,

> Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Compreendendo a complexidade deste sujeito, torna-se urgente que as pro-

postas pedagógicas para a Educação Infantil considerem princípios éticos (de autonomia, responsabilidade, respeito ao bem comum e a diversidade cultural), políticos (garantindo a cidadania e a democracia) e estéticos (respeitando a ludicidade e a liberdade de expressão).

A construção de tais conceitos é fruto de um campo de debates e disputas de concepções de infância e de criança. Segue um breve histórico da trajetória da educação para crianças pequenas.

Na segunda metade do século XIX com a migração da zona rural para a zona urbana e a vontade de modernizar o país com base em experiências europeias, inclusive em educação, abre-se caminho à criação de instituições que atendam crianças pequenas sem a presença das mães, como creches, parques infantis ou jardins de infância.

A princípio o poder público combatia tais iniciativas, pois considerava que estes centros de cuidados tinham caráter beneficente, destinados aos menos afortunados, por isso, devendo ser mantidos pelas famílias mais abastadas. Logo, as primeiras instituições de cuidados com a infância tinham caráter privado, em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo.

As primeiras instituições públicas surgem em São Paulo apenas em 1896, mas o grande investimento em Educação Pública da época era destinado ao ensino primário.

No início do século XX, a intensificação dos processos industriais e a crescente necessidade de mão de obra, incluindo mulheres, juntamente a falta de condições sanitárias adequadas e surgimento de epidemias esquentaram o debate e as condições para que as instituições públicas de educação infantil configurassem como um paliativo sanitário e médico para tais condições.

Outro fator importante foi o movimento da Escola Nova, com expoentes intelectuais brasileiros, inspirados nos jardins de infância, criados por Fröebel (teórico francês), lugar onde crianças eram consideradas sementes que precisavam de condições favoráveis para florescer. Contudo, o discurso configurou-se em prática nas instituições voltadas ao atendimento das crianças abastadas.

Na segunda metade do século XX, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei 4024/61), incluiu as escolas ditas maternais no sistema de ensino, o que não assegurou o acesso. Esta situação foi intensificada no regime militar que destinou o atendimento nas creches como uma iniciativa de assistência. Outros fatores ampliaram o debate e a necessidade do acesso a creches: o crescimento da entrada de mulheres no mercado de trabalho, a falta de condições de lazer nas cidades, discursos de ações compensatórias para a primeira infância das camadas populares e a redemocratização do país na metade dos anos 70.

Com o fim do regime militar e as negociações para a elaboração da constituição de 1988, os debates trouxeram à tona a concepção de creche e pré-escola como instituições com atributos pedagógicos, preocupada com o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças, preparando o terreno para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que vai reconhecer a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica.

O cenário de lutas e ideologias ainda atualmente permeia a Educação Infantil, mais recentemente, a antecipação da entrada no ensino fundamental com 6 anos e a obrigatoriedade na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos têm gerado divergência entre os estudiosos. Filosoficamente pretende-se que

Mais ações necessárias devem ser efetivadas no âmbito das políticas sociais para garantir o acesso a uma Instituição de Educação Infantil. Esta deve propiciar às crianças experiências de aprendizagem significativas em um espaço coletivo e rico em interações com adultos e outras crianças. Espera-se que contribuam com o desenvolvimento infantil, de forma ampla e integrada, a partir de suas diferentes aprendizagens, superando fragmentações historicamente constituídas no atendimento aos diferentes grupos sociais. (OLIVEIRA (org.), 2012, p. 31).

Outros campos de discussão ainda são questões importantes no contexto da Educação Infantil, o acesso, as desigualdades sociais, horário de funcionamento, oferta de vaga próximo a residência das famílias, formação dos profissionais, a qualidade do trabalho oferecido nas instituições – este último item abrange aspectos como alimentação, ambientes oferecidos, número de crianças por adulto, diversidade de materiais e instalações do prédios – por fim as práticas pedagógicas, que segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), em linhas gerais, precisam ter como referência a concepção de criança como sujeito de direitos que se desenvolve na interação com o mundo, para a estruturação do seu Projeto Político Pedagógico.

2.2 A CONCEPÇÃO DO BEBÊ COMO SUJEITO ATIVO

A história social da infância, bem como, de bebês ou crianças pequeninas tem mudado consideravelmente com base em estudos realizados por diversas áreas de conhecimento, dentre as quais destacam-se a educação, a medicina, a psicologia e a sociologia, com suas contribuições no sentido principalmente de trazer os bebês ao centro

das discussões e estudos, reconhecendo-os como sujeitos ativos e relevantes.

Para entender essa nova direção, é importante recuperar teóricos como Bourdieu e Corsaro, que defendiam respectivamente os bebês como atores amadores nas relações cotidianas da vida em sociedade e que a plena participação das rotinas culturais aconteceria apenas quando deixassem de ser bebê para se tornar criança. Na perspectiva filosófica da pedagogia tradicional, mesmo a criança maior foi considerada incapaz, uma oposição à sabedoria, sendo necessária uma vigilância permanente em relação a ela, cabendo ao adulto apresentar-lhe tudo.

No final do século XX, surgem concepções teóricas atestando as competências dos bebês, considerando seus sinais de interesse e como podem ser ativos nas relações que estabelecem, com destaque para Henri Wallon, Donald Winnicott e Emmi Pikler.

A contribuição da psicogenética dialética do desenvolvimento de Wallon, compreende a integralidade do sujeito, sem a divisão corpo mente, considerando a cognição, a afetividade, aspectos socioculturais e biológicos, além de ampliar as relações entre educando e educador. O teórico aponta para uma afetividade orgânica que vai sendo transformada pelo meio social, isto é, a relação entre o sujeito e o mundo; em relação à criança, destaca que o processo indissociável entre o desenvolvimento psíquico e biológico, para um recém-nascido, por exemplo, a afetividade apresenta-se como expressão de bem-estar ou mal-estar e ao longo do seu desenvolvimento ganha forma funcional, expressando-se cognitivamente "assim, podemos compreender a afetividade, de forma abrangente, como um conjunto funcional que emerge do orgânico e adquire um status social na relação com o outro e que é uma dimensão fundante na formação da pessoa completa" (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 27);

Donald Winnicott em seus estudos sobre bebês destacou o papel da realidade externa para a constituição da realidade interna, atribuiu a importância da pessoa que cuida do bebê, como entidade sociológica e ideológica, que vai propiciar o desenvolvimento psíquico do pequeno, uma vez que para ele, não há uma separação entre si e o meio, de forma que depende do mundo que o cuidador oferece, seja esta a mãe, a professora ou qualquer responsável. Para Winnicott, cabe ao adulto promover o processo de maturação, dando ao bebê condições para seu livre desenvolvimento.

Emmi Pikler em sua experiência no Instituto Lóczy, um abrigo para crianças órfãs com idade de 0 a 3 anos, por quase 40 anos acompanhando o cotidiano dos pequenos, possibilitou fundamentar uma abordagem educativa baseada na "[...] relação afetiva e na liberdade de movimentos, por promover bem-estar físico, afetivo e psíquico nas crianças." (SOARES, 2020, p. 19). Assim, como Winnicott destaca o papel do adulto que acompanha a criança pequena, no sentido de facilitar o desenvolvimento de suas competências, considerando-os como sujeitos ativos e potentes. A autora agrega conhecimentos de diversas áreas como a medicina, a educação, a psicomotricidade e a psicologia para fundamentar sua abordagem sensível da primeira infância, em seus diferentes lugares de acolhimento, seja no hospital, na creche, em instituições de acolhimento, em grupos frequentados pelos pais ou na pré-escola.

2.3 VÍNCULO E CUIDADO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Para abordar a importância do vínculo e do cuidado na primeira infância, o trabalho de Emmi Pikler coloca-se como uma referência, uma vez que, tem centralidade no bem estar e conforto de bebês e crianças ao mesmo tempo que se atende as necessidades elementares dos pequenos, como alimentação, higiene e limpeza, "a isso se acrescenta a preocupação de sempre preservar ou suscitar o prazer que a criança sente em relação à ação proposta e favorecer todas as possibilidades de autonomia" (APPELL e DAVID, 2021, p. 65), ou seja, o bebê e a criança, dentro da abordagem de Pikler, nunca devem ser tratados como objeto e, sim incluída em todo o processo, sendo chamado pelo nome e na manipulação de seu corpo, o educador ou cuidador deve antecipar suas ações por meio da comunicação verbal, falando para o pequeno com fala e gestos cuidadosos os passos a serem realizados, como exemplo, numa troca de fraldas, no lugar de realizar mecanicamente as tarefas vai nomeando à criança, "agora vamos trocar a fralda para tirar o cocô... vamos usar um lencinho, que é molhado", nesse contexto a educadora olha nos olhos do bebê e como numa conversa vai mostrando para ele o que vai ser feito.

Enfim, para responder à preocupação de ajudar as crianças a se situarem e a prever o que vai lhes acontecer, elas são levadas para os cuidados seguindo uma ordem constante, estabelecida o mais rápido possível e da qual se procura, desde a mais tenra idade, torna-las conscientes. (APPELL e DAVID, 2021, P.68).

O adulto que se ocupa da higiene neste caso, mantém, a comunicação não apenas quando fala com o pequeno, mas também, observando suas reações e interagindo com elas, no que se denomina uma "colaboração ativa".

A comunicação e troca entre a criança e a educadora ocorre em todos os momen-

tos, não apenas nos cuidados como também nas brincadeiras, com bebês pequenos, por exemplo, é muito comum a necessidade de trocá-los de posição. Neste caso, a educadora pergunta se é necessário e aproveita os próprios movimentos do pequeno para ajudar na mudança, já que ambos são parte do processo e colaboram, não apenas o adulto como o bebê devem estar conscientes das ações.

Outro ponto interessante na questão do movimento e da motricidade, é que segundo a abordagem em questão, não se deve colocar a criança numa posição não conquistada por ela, pois o bebê e a criança precisam desenvolver certas conexões para conquistar novas etapas de locomoção, cabendo ao cuidador ou educador cooperar com o desenvolvimento.

Pikler coloca luz no que seria uma relação intrínseca entre vínculo e cuidado, pois segundo preconiza "o tempo dedicado aos cuidados representa o melhor momento para um encontro privilegiado, quando o vínculo afetivo pode ser construído e aprofundado" (SOARES, 2020, P. 22), é nesse sentido, que se estabelece o que se chama de "diálogo tônico", quando o educador fala sobre a parte do corpo que está sendo tocada do bebê, nomeia os objetos e favorece movimentos expressivos nos pequenos – contribui para uma organização cognitiva e afetiva, culminando na construção do esquema corporal, na relação do bebê com o mundo, na expressão de suas emoções e sensações e na compreensão de palavras que aos poucos vão ganhando sentido,

Dessa forma, um vínculo de confiança, de segurança afetiva será a sustentação para o desenvolvimento de um sujeito seguro de si mesmo, que pode expressar com competência e procurar respostas a suas indagações, porque foi escutado em suas necessidades [...]. Compreendendo a importância do vínculo e o momento dos cuidados como privilegiados para estabelecerem este laço imprescindível para o desenvolvimento infantil sadio [...] (SOARES, 2020, p. 24)

Entende-se neste contexto, que o pequeno estará nutrido e portanto mais propenso a explorar o mundo de maneira segura e menos dependente do adulto, uma vez que, ganha competência emocional para afastar-se do educador – movimento muito importante para que o bebê ou a criança possam interagir com o mundo e os estímulos externos, explorar o entorno e, principalmente, brincar, que é a maneira com a qual os pequenos conhecem o mundo, aprendem, desenvolvem a inteligência e constroem sua individualidade.

2.4 EDUCAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS

A primeira infância é conhecida como fase fundamental ao desenvolvimento humano, momento em que as maiores potencialidades cognitivas, psíquicas e sociais podem ser desenvolvidas. Segundo Lima (2020), a criança é desde o nascimento um sujeito social e ativo, que interage e modifica seu entorno, por isso, os primeiros anos de vida são cruciais para a educação e o desenvolvimento infantil. Neste sentido, o processo educativo tem o papel de envolver e humanizar e, acontece nas relações com o outro, seja este, adulto ou criança.

A formação da personalidade e o desenvolvimento das funções psíquicas superiores ocorrem desde muito cedo, à medida que bebês e crianças alcançam determinados saberes ou capacidades, outros desafios tomam forma, mais as relações socioculturais estabelecidas impulsionam também o desenvolvimento, por isso,

A criança necessita de espaço e de liberdade para se movimentar, observar e explorar ativamente seu entorno. Isto é, ela necessita de condições materiais concretas (tempo, espaço, objetos, relações) que criem nela a necessidade de realizar atividades que impulsionem seu desenvolvimento de humanização. (LIMA, 2020, p. 97)

Desde o momento inicial do desenvolvimento, um bebê (que a princípio está centrado em si mesmo, na satisfação das necessidades orgânicas como fome, sono e higiene, funções ligadas à sobrevivência) já apresenta capacidades como sugar, segurar e agarrar – ações reflexas, mais instintivas, bem como, capacidades mais elaboradas, expressando emoções, por meio do choro, demonstrando sensações que lhe são desagradáveis, assim, estabelece as primeiras relações de comunicação com o outro.

A ação comunicativa é aprimorada muito rapidamente e da mesma forma a expressão das emoções, além do choro, logo aparecem o sorriso, os balbucios e a capacidade de concentração no rosto da mãe ou cuidadores e em objetos.

A satisfação das necessidades orgânicas do bebê marca a possibilidade de progredir no contato com o outro, movendo o desenvolvimento infantil, pois quando o pequeno se sente confortável e atendido, fica à vontade para conhecer o mundo externo, surgindo também, novas necessidades.

Sendo assim, o trabalho pedagógico realizado para a primeira infância pressupõe o vínculo entre o bebê ou a criança com os educadores, pois os pequenos necessitam desta referência afetiva para desenvolver a capacidade de contato consigo mesmo e com o mundo exterior, que começa na satisfação das necessidades biológicas elementares, culminando no futuro em habilidades socioemocionais, já que por meio da relação com

o outro, a criança significa a relação com ela mesma e com o mundo em habilidades cognitivas, isto é, nutrido de suas necessidades, o pequeno, pode explorar as possibilidades que se apresentam a sua volta.

Nas instituições de educação infantil, sejam estas creches ou pré-escolas, o trabalho docente deve buscar desenvolver a comunicação emocional, desta feita, bebês e crianças pequenas são tratados como sujeito nas relações, há uma parceria entre educando e educador, que vivem juntos os tempos, espaços e materialidades disponíveis. É nesse contexto, que se aborda a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, pois estes não se separam no atendimento de bebês.

Quando a comunicação entre os atores do processo educativo é satisfatória, bebês e crianças passam a se interessar pelo mundo que lhes é apresentado, a princípio, os professores considerando as necessidades e a fase do desenvolvimento da sua turma organiza possibilidades de exploração comprometidas com o desenvolvimento cultural e psíquico dos bebês e crianças e que possam oferecer experiências multissensoriais. Posteriormente, a criança passa a se interessar por tais propostas, primeiro imitando o adulto ou crianças próximas, para então, demonstrarem suas próprias investigações e apropriações.

Cabe então ao trabalho docente, proporcionar as condições de tempo, ambientes e materiais adequados para incentivar o desenvolvimento máximo de bebês e crianças, com bebês há uma grande dependência do adulto, por isso, é importante uma relação afetiva e respeitosa, com crianças um pouco maiores, os matérias oferecidos já são amplamente manipulados, então, cabe ao docente observar e perceber como as crianças interagem e os interesses que as movem, assim, a atuação profissional vai se modificando de acordo com a faixa etária e as necessidades de aprendizagem de bebês e crianças, "todas as conquistas ocorrem mediante a organização intencional do adulto de uma rotina que considere as particularidades da criança [..]" (PEREIRA, 2020, 161).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pedagógico com a primeira infância vem sendo ressignificado à medida que os educadores se propõem a entender como bebês e crianças se desenvolvem, bem como, se comprometem em participar deste processo, oferecendo ao referido público, as melhores condições possíveis para o que na verdade chamamos de processo de humanização, já que a educação se consolida e sustenta na relação com o outro.

Compreendendo que bebês e crianças são sujeitos históricos e de direitos – que precisam de suporte para atingir seu desenvolvimento e que esta condição não invalida suas potencialidades, ao contrário, evidenciam características específicas do humano, como seres que precisam de cultura e socialização para seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que também são produtores de cultura e modificam o meio em que vivem – as instituições de educação infantil precisam dar conta de oferecer vínculo afetivo, materialidades pedagógicas, ambientes seguros e convidativos para que os processos educativos se efetivem com sucesso.

Nesse sentido muitas correntes têm influenciado a relação educativa com crianças, os estudos que compreendem a educação, medicina, psicologia e demais ciências, como já apresentado anteriormente, como também processos econômicos e sociais que exigem mudanças significativas na forma como vivemos e consequentemente nossas relações.

Soma-se a isso, o contexto específico da primeira infância, como o lugar para a formação da personalidade e das funções psíquicas superiores, que entendemos como o desenvolvimento da memória, do pensamento, da consciência, da fala, da percepção, da atenção e das emoções, caracteres que vão interferir diretamente na maneira como cada indivíduo vai se relacionar e agir no mundo. É fundamental pensar, em processos educativos que favoreçam o desenvolvimento pleno de tais funções.

A importância da escuta afetiva e efetiva das necessidades dos bebês e crianças deve permear a prática em instituições de ensino, pois como defendeu Wallon, em sua psicogenética do desenvolvimento, as condições de bem estar ou mal estar vão fundamentar a construção de estruturas psíguicas, impactando diretamente a cognição e as relações estabelecidas por este sujeito. Winnicott corroborou estes saberes, ao concluir que o cuidador media a relação do bebê com o mundo interno e externo, já que para o pequeno a princípio não há uma separação entre eles, assim, é fundamental a percepção das necessidades dos bebês e crianças pequenas para oferecer-lhes as melhores condições de desenvolvimento. Chegamos a Pikler, que tratou mais diretamente do vínculo e cuidado na primeira infância, ressaltando a importância de incluir os pequenos nas ações que o adulto precisa executar e como esse processo contribui para a autonomia dos pequenos e na sua tomada de consciência.

Entendemos a relação entre cuidar e educar como indissociáveis quando tratamos do atendimento de bebês e crianças, pois o contato por si só com os pequenos constitui-se como processo educativo, como já mencionado ao longo deste trabalho, tratar de forma respeitosa, antecipando as ações do adulto sobre o corpo do bebê, permite que o diálogo entre educador e edu-

cando, confirmando, a segurança e o vínculo entre ambos, o que vai ser crucial no desenvolvimento sadio de bebês e crianças.

Nessa perspectiva, educar é ao mesmo tempo cuidar, à medida em que se ocupa em construir um vínculo afetivo entre o bebê ou a criança e o adulto referência; e em entender que as ações na rotina do cuidado diário precisam ser realizadas de maneira consciente e respeitosa, sem mecanização, com a participação de todos os atores da cena.

Em instituições voltadas ao atendimento de bebês e crianças pequenas, sejam estas educacionais ou não, o compromisso primordial está em reconhecer a singularidade dos pequenos, acolher suas necessidades e mediar suas experiências consigo e com o mundo, considerando os princípios éticos, políticos e estéticos para assegurar processos educativos responsáveis, pautados no respeito ao bem comum, à diversidade, à democracia e à livre expressão.

REFERÊNCIAS

APPELL, Geneviève e DAVID, Myriam. Maternagem Insólita. São Paulo: Omnisciencia, 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FERREIRA, Aurino Lima e ACIOLY-RÉGNIER, Nadja Maria. Contribuições de Henry Wallon à relação cognição e afetividade na educação. Educar, Editora UFPR, Curitiba, n.36, p. 21-38, 2010.

FULGENCIO, Leopoldo. Por que Winnicot? São Paulo: Editora Zagodoni, 2016.

LIMA, Vanilda Gonçalves de. A atividade principal no processo de educação de bebês. In: SILVA, José Ricardo, SOUZA, Aparecida Marques, MELLO, Suely Amaral e LIMA, Vanilda Gonçalves de (orgs.). Educação de Bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 93-118.

PEREIRA, Marcelo Campos. O tempo dos bebês na Educação Infantil. In: SILVA, José Ricardo, SOUZA, Aparecida Marques, MELLO, Suely Amaral e LIMA, Vanilda Gonçalves de (orgs.). Educação de Bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 143-164.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (org). O trabalho do professor na Educação Infantil. São Paulo: Biruta, 2012.

SILVA, José Ricardo. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão do bebê como sujeito ativo. In: SILVA, José Ricardo, SOUZA, Aparecida Marques, MELLO, Suely Amaral e LIMA, Vanilda Gonçalves de (orgs.). Educação de Bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 27-49.

SOARES, Suzana Macedo. Vínculo, movimento e autonomia: educação até 3 anos. São Paulo: Omnisciencia, 2020;

TEBET, Gabriela de Campos e ABRAMOWICZ, Anete. Estudos de Bebês: Linhas e Perspectivas de um Campo em Construção. ETD – Educação Temática Digital, Campinas.

SP, v.20, n.4, p. 924-946, out./dez. 2018.